



**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS**

**AS VISTAS E OS RECURSOS DE PROVAS ESCRITAS NOS CURSOS DE
CARREIRA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

Autor: CAD PM André Luiz Pereira Araújo
Orientador: CAP QOPM Tiago Evaristo Moraes – Especialista
Coorientador: Zilta Diaz Penna Marinho – Especialista

Brasília/DF
2021



ANDRÉ LUIZ PEREIRA ARAÚJO

**AS VISTAS E OS RECURSOS DE PROVAS ESCRITAS NOS CURSOS DE
CARREIRA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Policiais.

Orientador: Tiago Evaristo Moraes (Capitão PMDF)

Coorientador: Zilta Diaz Penna Marinho

ANDRÉ LUIZ PEREIRA ARAÚJO

**AS VISTAS E RECURSOS DE PROVAS ESCRITAS NOS CURSOS DE CARREIRA
DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Policiais.

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador: Tiago Evaristo Moraes (Capitão PMDF)

Professor Coorientador: Zilta Diaz Penna Marinho

Examinador Externo: Renan Carvalho de Souza (Capitão PMDF)

AS VISTAS E RECURSOS DE PROVAS ESCRITAS NOS CURSOS DE CARREIRA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

ANDRÉ LUIZ PEREIRA ARAÚJO

RESUMO

O presente trabalho abordou as vistas e recursos de provas no âmbito do ensino acadêmico da Polícia Militar do Distrito Federal, tendo como objetivo a análise e otimização dos seus atos procedimentais. Nesse diapasão, a temática se justifica no Plano Estratégico 2011-2022 da Corporação, especificamente no que tange à melhoria de processos. Nesse escopo, foram levantadas informações *in loco* na Subseção de Verificação e Aprendizagem (SVA) para confecção do mapeamento deste evento administrativo. Assim, foi percebido que a produção de um protótipo de vistas e recursos de provas de maneira remota, isto é, por meio de um sítio eletrônico, poderia incrementar a Plataforma Virtual do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP Virtual) e conferir mais organização, celeridade e segurança. Portanto, diante desta investigação, a prototipagem teve como produto a mudança procedimental no processo de vistas e recursos de provas que passou do meio físico para o digital, atribuindo mais eficiência aos atos.

Palavras-chave: Vista de prova. Conferência de prova. Mapeamento de processo.

INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Distrito Federal elaborou o Regulamento Geral de Educação (RGE) com o fito de estabelecer diretrizes no âmbito de suas atividades educacionais. Nessa senda, o seu Sistema de Educação elencou como Estabelecimento de Ensino os órgãos vinculados ao Departamento de Educação e Cultura (DEC), dentre os quais encontra-se a Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB), responsável pelos Cursos de Carreira da Corporação.

Neste contexto de ensino e aprendizagem, a avaliação foi constituída como método para aferir o conhecimento e desempenho do discente, tendo a prova escrita um de seus instrumentos regulamentados pelo RGE. Sendo assim, após a aplicação desta ferramenta avaliativa, a Subseção de Verificação e Aprendizagem (APMB/SVA) era encarregada de realizar a correção preliminar dos cartões respostas mediante o confronto das alternativas escolhidas pelos discentes com o gabarito preliminar fornecido pelo docente.

Em momento posterior, a Subseção de Coordenação Pedagógica (SSCP/APMB) marcava no Quadro de Trabalho Semanal (QTS) as vistas e recursos de provas. Este evento administrativo caracteriza-se pela necessidade da presença física do discente para conferir a contagem de escores e da nota que lhe foi atribuída. Outrossim, era oportunizado a interposição de revisão de item, caso discorde com o gabarito de determinada questão.

Noutro giro, é sabido que o mundo está em constante evolução tecnológica, mormente destacada pela simplificação dos meios com o uso da *internet*, transportando atos presenciais para virtuais – a exemplo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) que transpôs as remessas de documentos do meio físico (presencial) para o âmbito virtual. Neste contexto, cotejando o processo de vistas e recursos de provas com a evolução tecnológica, questiona-se: “A presencialidade é eficiente para a realização de vista e conferências de provas escritas?”.

Em busca de responder o questionamento, esta pesquisa de natureza original teve como objetivo descritivo-exploratório de caso, especificamente quanto à análise e otimização do processo de vistas e recursos de provas escritas nos Cursos de Carreira da Polícia Militar do Distrito Federal. O procedimento adotado foi de coleta de dados qualitativos, buscando o objeto em pesquisa de campo, especificamente na Subseção de Verificação e Aprendizagem da Academia de Polícia Militar de Brasília (SVA/APMB).

Por fim, destaca-se que o tema se justifica por estar alinhado com o Plano Estratégico 2011-2022 da Polícia Militar do Distrito Federal no que concerne ao objetivo de implementação de gestão estratégica, tendo como iniciativa o desenvolvimento de projeto para mapeamento e melhoria de processos. Além disso, o princípio da eficiência, previsto na Constituição Federal, é um mandamento cristalizado em melhorias dos resultados produzidos pela Administração Pública.

Dado fim a essas noções introdutórias, o trabalho inicia-se abordando a conceituação de mapeamento do processo, seguindo de sua descrição para realização da vista e recursos de provas escritas e, por fim, as discussões e resultados.

1. MAPEAMENTO DE PROCESSO

O mapeamento de processo é uma das maneiras que os administradores possuem para se verificar a eficiência de determinados procedimentos. Sendo assim, para aprofundar no tema,

segue-se o seu conceito e finalidade.

1.1. CONCEITO DE MAPEAMENTO DE PROCESSO

Mapa é um desenho representativo que identifica um lugar ou uma região. Sendo assim, mapear significa confeccionar mapas ou expor algo por meio de representações. Por outro lado, processo pode ser definido, segundo Hammer e Champy (1994, *apud* GONÇALVES, 2000, p. 7), como: “um grupo de atividades realizadas numa sequência lógica com o objetivo de produzir um bem ou serviço que tem valor para um grupo específico de clientes”.

Nesse sentido, mapear um processo influi na criação de sua representação gráfica de maneira sistemática, expondo todos os procedimentos nele inseridos. Segundo Castro (2018):

O mapeamento é o desenho do fluxo de atividades de um processo. É um modo de comunicação. Ele tem como objetivo dar auxílio à empresa para que ela possa enxergar os seus processos de negócio, de controle e de apoio. Ou seja, trata-se de uma prática que visa entender as etapas de um processo, descrevendo e relacionando cada uma das pessoas envolvidas, os materiais necessários e os produtos ou serviços resultantes (CASTRO, 2018).

O Instituto Brasileiro de Coaching (2019) retrata do mapeamento de processo no âmbito empresarial. Veja-se:

O mapeamento de processos é uma ferramenta gerencial e de comunicação que tem como finalidade ajudar a melhorar os processos existentes ou implantar uma nova estrutura voltada para os processos. Trata-se de uma excelente forma de melhorar o entendimento sobre os processos, pontos fortes e pontos de melhoria da empresa, além de aumentar a performance do negócio. Fazer o mapeamento de processos de sua empresa de forma organizada e eficaz é muito importante para aprimorar a estrutura organizacional e conseguir uma melhor gestão empresarial. A ferramenta permite a descoberta de novos insights que ajudarão a amadurecer e trazer evolução para o negócio. (INSTITUTO BRASILEIRO DE COACHING, 2019).

Embora o autor supramencionado se refira ao mapeamento de processo no âmbito privado, é possível utilizar-se desta ferramenta no setor público. Isso, pois, trata-se de um utilitário gerencial que consegue se inserir em qualquer tipo de instituição.

1.2. FINALIDADE DE MAPEAMENTO DE PROCESSO

A finalidade primordial do mapeamento de processo é conferir otimização de procedimentos realizados em uma determinada instituição. Essa otimização pode ser traduzida

em desburocratização, redução de tempo, redução de gastos, aumento da produtividade, enfim, está intrinsecamente ligada a eficiência.

Castro (2018) diz que poderá conseguir os seguintes resultados por meio do mapeamento de processo:

1. melhoria na compreensão do negócio; 2. facilidade de realizar análises; 3. redução de custos; 4. aumento da produtividade; 5. os processos se darão de maneira mais rápida e eficiente; 6. resolução de problemas; 7. melhores práticas aplicadas; 8. padronização; 9. organização; 10. entre outros (CASTRO, 2018).

Desta forma, essas finalidades são mais facilmente atingidas em razão da visualização macro de um processo. Em outras palavras, ao representar de maneira gráfica o ciclo dos procedimentos oriundos de um processo, possibilita-se uma nova visão que facilitará nas tomadas de decisões necessárias para que o processo se torne mais eficiente.

1.3. O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA

A Constituição Federal de 1988 por meio da Emenda Constitucional 19/1998 elevou a eficiência como um princípio constitucional que deve reger a Administração Pública e os gestores públicos devem se orientar cumprindo o máximo de efetividade a esse princípio. Segundo os autores Paulo e Alexandrino (2017, p. 255) explicam que

esse modelo de administração pública, em que se privilegia a aferição de **resultados**, com ampliação de autonomia dos entes administrativos e **redução dos controles de atividade-meio** (controles de procedimentos), que se identifica com a noção de **“administração gerencial”**, a qual tem como postulado central exatamente o princípio da eficiência (grifo do autor) (PAULO E ALEXANDRINO, 2017, p. 255).

Destarte, Di Pietro (2014, p. 84) assevera que

O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao **modo de atuação do agente público**, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao **modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública**, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público (grifo da autora) (DI PIETRO, 2017, p. 84).

Nesse diapasão, a simplificação administrativa dos processos na Administração Pública, pode ensejar menos burocracia, redução de tempo e otimização dos serviços prestados. Verifica-se o que Moreira (2016, p. 152) diz a respeito:

Simplificação Administrativa, no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública), foi elaborado para auxiliar qualquer organização pública interessada em simplificar e melhorar seus processos e normas, **eliminando exigências de rotinas** que geram fluxos desconexos na tramitação de documentos e

que **não agregam valor ao serviço** prestado pela organização e, por consequência, pelo Estado (grifo da autora) (MOREIRA, 2016, p. 152).

Destaca-se que o princípio da eficiência é um mandamento constitucional que deve ser observado nos atos administrativos, sendo cristalizado com obtenção dos melhores resultados com a menor demanda de recursos. Portanto, os atos do agente público e a estrutura procedimental que ele se encontra inserido, podem interferir nos resultados obtidos.

1.4. ALINHAMENTO COM O PLANO ESTRATÉGICO 2011-2022 DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Primeiramente, é preciso esclarecer a relação que existe entre o plano estratégico e planejamento estratégico. Segundo a Polícia Militar do Distrito Federal (2015, p. 9), o planejamento estratégico

é um processo gerencial que permite estabelecer um direcionamento a ser seguido pela organização, com o objetivo de se obter uma otimização na relação entre a empresa e seu ambiente, ou seja, o planejamento estratégico é o processo que instrumentaliza a resposta que a organização precisa apresentar ao seu ambiente diante de um contexto de mudanças. Ele diz respeito à formulação de objetivos para a seleção de programas de ação e para sua execução, levando em conta as condições internas e externas à empresa e sua evolução esperada. Também considera premissas básicas que a empresa deve respeitar para que todo o processo tenha coerência e sustentação (POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, 2015, p. 9).

Desta maneira, observa-se que o planejamento estratégico é uma ferramenta para que se alcance objetivos, ou seja, é meio ou o caminho a ser seguido para que a instituição atinja determinado resultado almejado. Por outro lado, o plano estratégico é o compilado dessas informações e estratégias. Em outras palavras, o planejamento estratégico está contido no plano estratégico.

Nesse sentido, verifica-se que o Plano Estratégico 2011-2022 da Polícia Militar do Distrito Federal possui dentre os seus objetivos: a implementação de gestão estratégica, tendo como iniciativa estratégica o desenvolvimento de projeto para mapeamento, análise e melhoria de processos da PMDF (*Ibidem*, p. 47, 2015).

Nesse contexto, observa-se que o presente trabalho se encontra alinhado com o Plano Estratégico 2011-2022 da Polícia Militar do Distrito Federal, uma vez que tem o fito de analisar, mapear e melhorar o processo de vistas e recursos de provas escritas no âmbito dos Cursos de Carreiras e Sequencias, conferindo mais eficiência e seguridade aos seus procedimentos.

2. O PROCESSO DE REALIZAÇÃO DAS VISTAS E RECURSOS DE PROVAS ESCRITAS NOS CURSOS DE CARREIRA DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Uma das maneiras de se compreender um determinado processo é realizar o seu mapeamento, pois é uma ferramenta caracterizada pela organização e objetividade, facilitando na macrovisão dos procedimentos.

Nesse sentido, esses avanços tecnológicos possibilitaram o surgimento de aplicativos que auxiliam de maneira significativa o desenvolvimento de mapas de processo. Portanto, dentre esses aplicativos, destacam-se: Bizagi, BPMN.io, Draw.io, entres outros.

Foi escolhido aplicativo Bizagi para realizar o mapeamento do processo para realização da vista e recursos de provas escritas, tendo em vista que foi o aplicativo apresentado na disciplina de Gestão por Resultado do Curso de Formação de Oficiais. Observa-se:

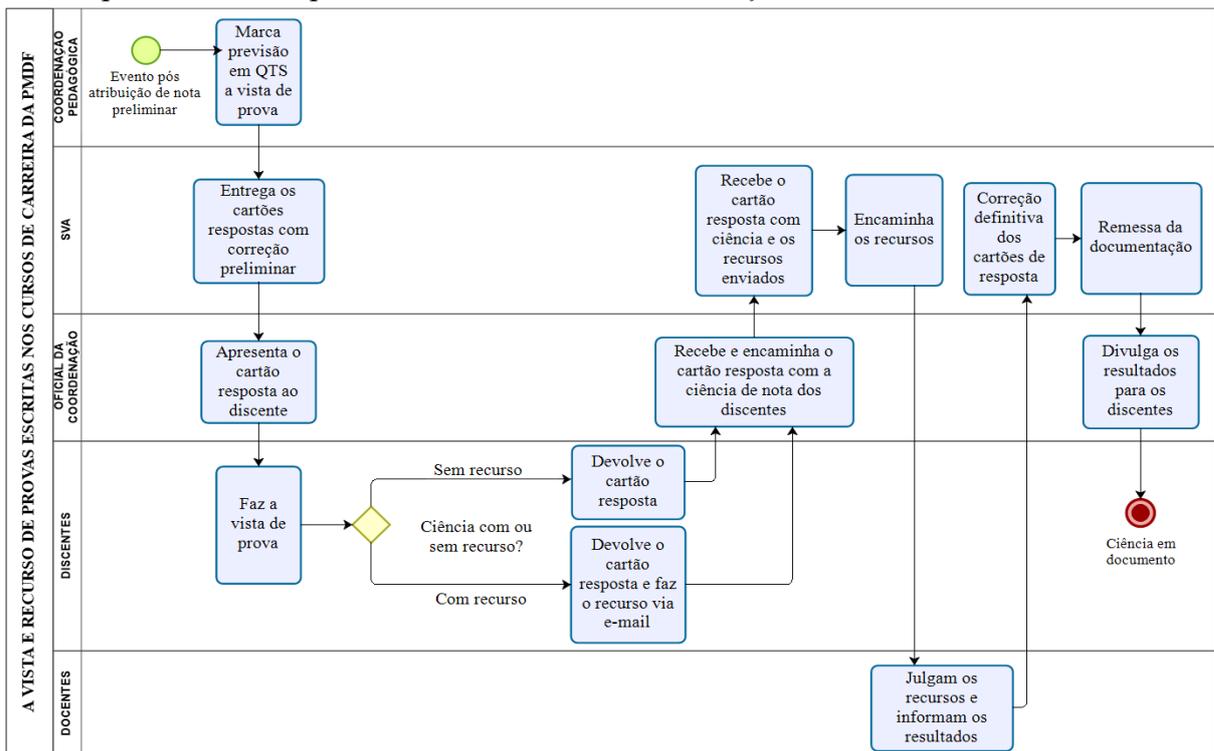


Figura 1. Mapa do processo da vista e recurso de prova escrita.

Neste ponto, pode-se observar algumas das finalidades do mapeamento de processo, conforme mencionado no item 1.2. Assim, verifica-se que a representação gráfica facilita a organização e a identificação de possíveis procedimentos que podem ser otimizados.

Neste contexto, a Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB), por meio da Coordenação Pedagógica, marca previsão em Quadro de Trabalho Semanal (QTS) a vista de

provas escritas¹. Após correção, a Subseção de Verificação e Aprendizagem (SVA) entrega os cartões respostas para a Coordenação de Curso que, por sua vez, disponibiliza um ou alguns Oficiais para a realização do evento administrativo supramencionado.

Assim, é feita a vista de provas quando o discente recebe o seu cartão resposta, coteja as respostas escolhidas com o gabarito preliminar e verifica se há algum erro na atribuição de nota ou discordância de algum gabarito. Neste último caso, o discente pode assinalar na devolutiva o seu desejo de reanálise de alguma questão e confeccionar o recurso² no prazo de 24h via e-mail. Feito isso, os cartões respostas são devolvidos para o Oficial que, em seguida, os devolverão para SVA.

Os pedidos de reexame são disponibilizados ao docente³ da disciplina que, por sua vez, analisa e julga estes recursos. Posteriormente, o instrutor informa o gabarito definitivo à SVA, a qual faz a correção definitiva e confecciona um documento formal para tomar ciência dos discentes a respeito de sua nota.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como objetivo a análise descritiva-exploratória dos atos de vistas e recursos de provas. Assim, para angariar elementos para a descrição e exploração do estudo, o objeto do trabalho consistiu em pesquisa de campo que, segundo as autoras Marconi e Lakatos (2008, p. 69), baseia: “... na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisa-los”.

Nesse sentido, foi pesquisado na Subseção de Verificação e Aprendizagem (SVA), a qual é responsável pelas vistas e recursos de provas, como são realizados os procedimentos para a efetuar este referido evento administrativo, tendo a coleta de dados qualitativos como

¹ RGE, art. 375: Os resultados de provas serão divulgados em sessão obrigatória especialmente designada para este fim, sendo denominada vista de prova. (POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, 2019).

² RGE, art. 377: O pedido de revisão de correção, qualquer que tenha sido o instrumento utilizado, será feito pelo discente, por meio de formulário próprio, no prazo máximo de vinte e quatro horas após a ciência do resultado. § 1º O pedido de revisão é específico quanto ao item expressamente impugnado, estando preclusa a revisão quanto aos demais itens da prova. § 2º O pedido de revisão deverá ser apresentado acompanhado da prova que contiver o item impugnado (*Ibidem*).

³ RGE, art. 338: São atribuições do docente no que concerne à avaliação, salvo expressa previsão contrária em plano de curso: [...] IV - responder os recursos, conforme as previsões contidas na legislação de ensino da Corporação, bem como nas diretrizes de ensino do EE ou da UEE (*Ibidem*).

procedimento adotado, isto é, foram levantadas informações para construção de conhecimento.

Com base nos dados extraídos, tornou possível a compreensão do processo e a sua representação gráfica por meio do mapeamento delineado no tópico anterior. Isto é, o mapa do processo foi necessário para realizar o estudo do caso em apreço. Segundo Gil (2010, p. 58) o estudo de caso: “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

Neste contexto, o método utilizado foi o dedutivo, isto é, partiu-se da premissa que o processo de vista e recurso de prova escrita podia ser otimizado e, portanto, foi questionado se estava eficiente. Paralelamente, sob análise dos procedimentos, verificou-se que os conjuntos de procedimentos presenciais poderiam ser convertidos para o meio digital (online) com o fito de conferir mais celeridade, segurança e organização.

Nesse diapasão, a pesquisa foi aplicada por meio de prototipagem (Apêndice A), tendo a sua criação oriunda do *site* “WIX” (ambiente virtual de criação de *sites*). Isso permitiu a simulação de funcionalidades que podem ser implementadas na Plataforma Virtual do Instituto Superior de Ciência Policiais (ISCP Virtual) – sítio eletrônico acadêmico da Corporação.

Por fim, ressalta-se que se trata de uma ideia inicial, portanto, não há sistema de banco de dados e nem integração com o sistema oficial da PMDF. Nesse sentido, a testagem do protótipo consistiu na organização e verificação das funcionalidades que seriam necessárias para implementar as vistas e recursos de provas online no ISCP Virtual.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O referencial teórico da pesquisa e a análise do mapeamento do processo de vistas e recursos provas permitem discutir as suas celeumas e buscar eventuais soluções. Dentro do levantamento bibliográfico, percebe-se que o imperativo constitucional do princípio da eficiência tem o intuito colher o melhor desempenho do agente público mediante o mínimo possível de recursos. Em outras palavras, é dizer que os gestores necessitam buscar alternativas para simplificar (desburocratizar) procedimentos e extrair melhores resultados nos atos da Administração Pública. Nessa senda, o mapeamento é uma ferramenta que permite identificar pontos que obstruem o melhor fluxo do processo, seja por atos desnecessários ou que podem

ser simplificados.

Assim, ao visualizar a figura 1 do tópico 2, observa-se a burocratização do processo em estudo, tendo em vista os diversos trâmites de documentações que implicam na necessidade física dos envolvidos. Além disso, verifica-se o traslado dos cartões respostas em diversos setores, seguindo a seguinte sequência: SVA, Coordenação de Curso, discente, Coordenação de Curso, SVA. Destaca-se que a movimentação destes documentos deve ser a mínima possível, pois são únicos e não podem ser refeitos, traduzindo, portanto, em risco.

Noutro giro, embora haja a previsão no QTS deste evento administrativo, não há contabilização no avanço da carga horária, pois o processo de vistas e recursos não é uma disciplina de curso e sim um ato de conferência de notas por parte do discente.

Neste contexto, como possível solução para os atos em apreço é a inserção de ferramentas tecnológicas que viabilizem a transposição de atos presenciais para o meio virtual, simplificando e otimizando o evento administrativo. Cumpre destacar que a PMDF dispõe do ISCP Virtual que pode receber novas funcionalidades com o propósito retromencionado. Nesse sentido, tem-se como sugestão a releitura destes atos conforme se verifica a seguir.

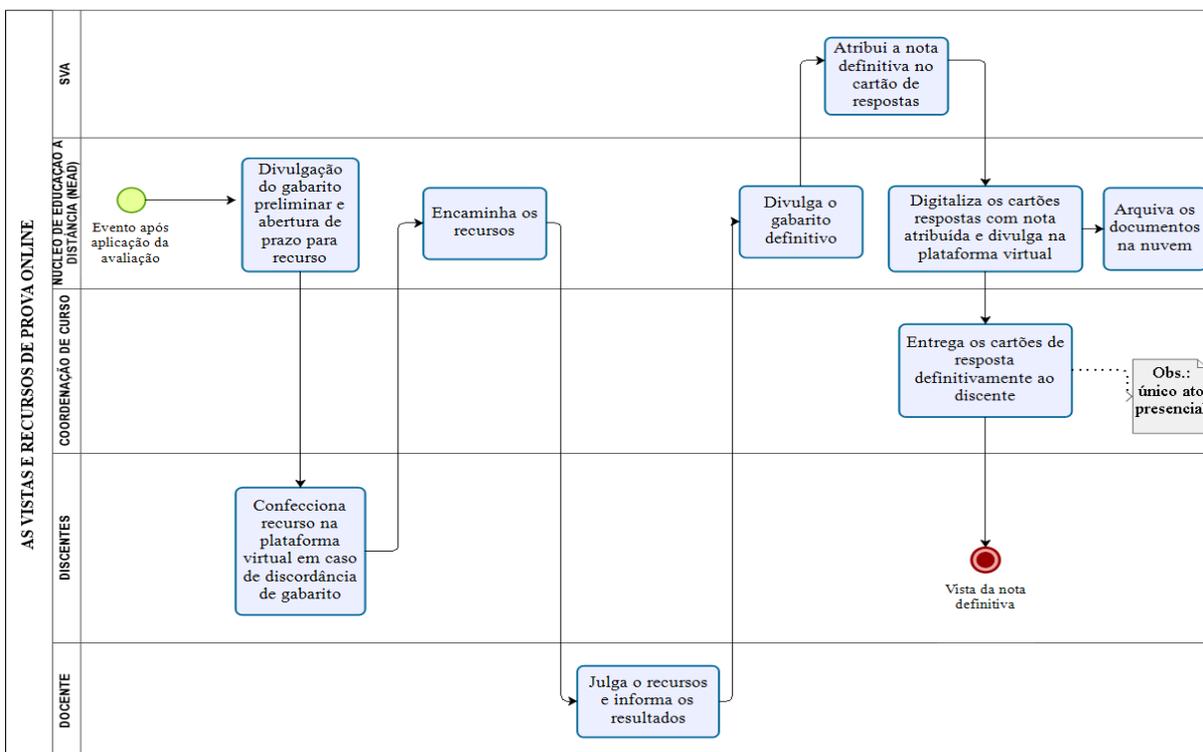


Figura 2. Mapa do novo processo da vista e recurso de provas escritas.

Observa-se que o novo processo de vista e recursos de provas escritas, isto é, com a inauguração remota, facilitou o fluxo de informações, retirou o traslado de documentos e eliminou a necessidade da presença física dos envolvidos.

Este novo mapeamento torna o Núcleo de Educação a Distância (NEAD) como o encarregado de divulgar, encaminhar, digitalizar e disponibilizar os documentos de prova no ambiente virtual.

Destaca-se que nessa nova sistemática o momento da vista de prova é posterior a divulgação do gabarito definitivo, isto é, é feita quando a nota é definitiva. Efeito disso é que se evita retrabalho e recálculo de notas ou até mesmo a necessidade de uma segunda vista de notas.

Além disso, o discente receberia o cartão de resposta físico, já que este seria digitalizado⁴ e disponibilizado na plataforma virtual. Neste ponto, cumpre destacar que a SVA ao invés de arquivar inúmeros cartões respostas de cada aluno, bastaria a confecção de documento único com a relação nominal de todos discentes, com as suas respectivas notas atribuídas e com campo de assinatura para o recebido do cartão resposta. Tal feito permite que a Administração Militar não necessite designar um local para arquivar provas, sendo suficiente que os arquivos digitais que sejam armazenadas em nuvem (depósito online de arquivos), por exemplo.

Ademais, a possibilidade de interposição de recurso por meio da plataforma online melhora a organização e a eficiência em seus julgamentos, pois os pedidos de reexame são confeccionados e julgados no mesmo ambiente digital, sem necessidade de compilação e encaminhamento para o docente. Ainda, neste ambiente virtual, possibilita o controle automático do prazo de recurso, isto é, permite-se delimitar o tempo que os discentes possuem para a confecção dos pedidos de reexame. Destaca-se que antes o recurso era interposto via e-mail o que dificultava o encaminhamento para análise do instrutor da disciplina, pois são inúmeros pedidos de reexame e de diversos discentes, além de não ser possível controlar o tempo de prazo de forma autônoma.

Verifica-se, ainda, que não será necessário presença física dos envolvidos, uma vez que os procedimentos passam a ser realizados de maneira remota (online). Outrossim, será desnecessário que haja a previsão em QTS no que concerne à vista e recursos de provas. Isso, por conseguinte, implica na otimização do Quadro de Trabalho Semanal, tendo em vista que não será mais ocupado com essa atividade procedimental que não contabiliza carga horária para o curso.

⁴ Neste ponto, cumpre destacar que a PMDF dispõe de *scanners* que conseguem digitalizar vários documentos simultaneamente em arquivos individualizados, facilitando a identificação e distribuição dos cartões respostas no ambiente virtual.

Reunindo as informações extraídas e analisando os mapeamentos delineados ao longo do trabalho, foi confeccionado o seguinte infográfico entre o processo presencial e virtual de vistas e recursos de provas, elencando as suas características e algumas funcionalidades.

 AS VISTAS E RECURSOS DE PROVAS CARACTERÍSTICAS	 PRESENCIAL	 VIRTUAL
Confeção e julgamento de recursos na mesma plataforma	✓	✓
Possibilidade de controle de prazos de recurso automaticamente	✓	✓
Necessita apenas de computador e impressora	✓	✓
Translado mínimo de documentação	✓	✓
Arquivamento digital dos documentos	✓	✓
Não ocupa carga horária no QTS	✓	✓
Baixo investimento	✓	✓

Infográfico 1. Características do processo presencial e virtual de vistas e recursos de provas

Desta maneira, a vantagem na presencialidade é o baixo custo, tendo em vista que não depende de uma infraestrutura para banco de dados e de servidor para *site* que geram custos em manutenções e ajustes. Ademais, precisa basicamente de computador e impressora para o ciclo de emissão e arquivamento dos cartões respostas no contexto de vistas e recursos.

Por outro lado, verifica-se que o ambiente online possui funções que são inexistentes na forma presencial, principalmente quanto à confecção de recursos na mesma plataforma e a possibilidade de controle de prazo de recursos de maneira automática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho compreendeu-se que a inauguração de novos meios e a utilização da tecnologia disponível pode otimizar os atos da Administração Pública e conferir uma gestão mais eficiente em cumprimento do mandamento constitucional do princípio da eficiência.

Este imperativo constitucional é cristalizado quando a máquina pública atinge o melhor resultado em menor tempo e da melhor maneira, evitando-se, portanto, esforços administrativos desnecessários. Neste ponto, a pesquisa identificou que no âmbito da Academia de Polícia Militar de Brasília havia um problema quanto à ocupação do Quadro de Trabalho Semanal (QTS) para a realização das vistas e recursos de provas sem contabilizar carga horária para o decorrer do Curso de Formação de Oficiais (CFO), isto é, deixava-se de prever disciplinas para conclusão do curso para que seja previsto este procedimento. Nessa senda, o princípio basilar da eficiência não estava sendo otimizado.

Com efeito, por meio de análise do mapeamento do processo de realização de vistas e recursos foi percebido que os atos desencadeados por este evento administrativo poderiam ser substituídos sem a necessidade da presença física, transportando-os para o ambiente virtual. Então, o protótipo do sítio eletrônico das vistas e recursos de provas online (Apêndice A) demonstrou ser possível essa referida substituição.

Nesse diapasão, o protótipo teve produto (Apêndice B) a transposição das vistas de provas e recursos do meio físico para o digital, isto é, já se encontra em prática na Corporação. Tal feito possibilitou que não seja mais necessário a previsão deste evento administrativo no QTS, ou seja, tornou desnecessária a presença física para a realização deste ato de conferir nota e confecção de revisão de gabarito.

Outro resultado destacado é a segurança das informações. Anteriormente, havia o traslado dos cartões respostas para a realização das vistas de provas. Cumpre mencionar que se trata de documentos infungíveis – isto é, não são substituíveis, havendo sempre o risco de se perder. Este problema foi solucionado, pois os cartões respostas são digitalizados e armazenados na plataforma virtual. Paralelamente a isso, trouxe a desnecessidade de designar um local específico para o armazenamento desta documentação, podendo a Administração Pública alocar mais pessoal ou estrutura física que antes era ocupada pelo arquivo. Ainda, em consequência do acervo digital, torna possível que os cartões respostas sejam devolvidos aos discentes.

Por fim, foi conferido mais organização. Antes, os recursos eram confeccionados via e-mail o que dificultava a compilação destes pela Subseção de Verificação e Aprendizagem (SVA) para o devido encaminhamento ao docente da disciplina, pois eram inúmeros pedidos de reexames e de diversos discentes. Agora, a confecção de recursos e a devolutiva dos julgamentos é realizada no mesmo ambiente, sem a necessidade de compilar. Destaca-se ainda que o sistema permite o controle dos prazos recurso.

Conclui-se, portanto, que a plataforma virtual ganhou novas funcionalidades e otimizou o processo de vistas e recursos de provas.

THE VIEWS AND RESOURCES OF EVIDENCE WRITTEN IN THE CAREER COURSES OF THE MILITARY POLICE OF THE FEDERAL DISTRICT

ABSTRACT

The present work deals with the procedures for the realization of the view and evidence resources within the scope of the academic teaching of the Military Police of the Federal District, with the objective of analyzing its process and making possible, through a prototype, the transposition of its procedural acts to the remote (online) way. At this point, the importance of the theme is emphasized, as it is known that physical presence is expensive when compared with the availability of technological means and resources that provide security, speed and do not harm the Military Administration. Thus, through on-site research in the Subsection of Verification and Learning (SVA), it allows the preparation of a mapping of the process of sight and resources of written tests that, in turn, facilitates the visualization and analysis of the acts existing in this event administrative. In this scope, the production of a prototype of the resource platform, through a specific electronic website, results in the reduction of the number of procedures, time savings, in short, concluding to make the administrative acts of the Military Police more efficient. of the Federal District regarding the realization of the view and evidence resources.

Keywords: Proof view. Proof conference. Process mapping.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Malu. **Qual é a importância do protótipo no desenvolvimento de um app?**. CEDRO, 2016. Disponível em: <<https://blog.cedrotech.com/importancia-do-prototipo-no-desenvolvimento-de-app/>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BARBOSA, Suria. **Criar um protótipo pode ser a chave para garantir o sucesso do seu negócio**. Na Prática, 2020. Disponível em: <<https://www.napratica.org.br/prototipagem-garante-sucesso-do-negocio/>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

CASTRO, Bruna Amaral. **Guia completo para mapeamento de processos**. SML Brasil, 2018. Disponível em: <<https://blog.smlbrasil.com.br/como-fazer-mapeamento-de-processos/>>. Acesso em: 27 out. 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GONÇALVES, José Ernesto Lima. **Empresas são grandes coleções de processos**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 2000.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Plano Estratégico 2011-2022**. Polícia Militar do Distrito Federal, 2. ed. rev., 2015. Disponível em: <http://www.pmdf.df.gov.br/images/Divulgacao/2016/planoestrategico_2ed.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Portaria nº 1109, de 31 de dezembro de 2019**: Estabelece o Regulamento Geral de Educação (RGE) da Polícia Militar do Distrito Federal. Intranet PMDF, 2019. Disponível em: <<https://intranet.pmdf.df.gov.br/controlLegislacao2/PDF/2327.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

IBC, Equipe. **Como fazer o mapeamento de processos?**. Instituto Brasileiro de Coaching, 2019. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portal/como-fazer-o-mapeamento-de-processos/>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

LONGEN, Andrei Silveira. **O que é armazenamento em nuvem?**. Weblink, 2018. Disponível em: <<https://www.weblink.com.br/blog/o-que-e-armazenamento-em-nuvem>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA, Elisabete de Abreu e Lima. **Administração geral e pública para concursos**. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. 12. ed. São Paulo: Método, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Conceito:** protótipos. Centro de Informática, 2006. Disponível em: <<https://www.cin.ufpe.br/~gta/rup-vc/index.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

APÊNDICE A – PROTÓTIPO DA VISTA E RECURSOS DE PROVA ONLINE

1. A PROTOTIPAGEM

Antes de aprofundar ao tópico, impende destacar o conceito e a finalidade de um protótipo para facilitar na compreensão do propósito da presente pesquisa.

1.1. CONCEITO E FINALIDADE DE PROTÓTIPO

A presente pesquisa teve o fito específico de buscar uma solução, por meio da prototipagem, para viabilizar a otimização do processo de vista e recursos de provas escritas no âmbito da Academia de Polícia Militar de Brasília.

O Centro de Informática (CIn) da Universidade Federal de Pernambuco (2006) conceitua protótipo da seguinte maneira:

Um protótipo é um [sic] **versão inicial**, reduzida proporcionalmente, da **solução de sistema** ou de parte de uma solução de sistema construída em um curto período de tempo e aprimorada em várias iterações para testar e avaliar a eficácia do design global utilizado para **resolver um problema específico**. (grifa-se) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2006).

Assim, a criação de um protótipo é uma etapa essencial para se verificar a viabilidade de um produto (resultado). Nesse sentido, Barbosa (2020) diz que

Prototipar – ou ação de gerar um protótipo – é criar uma representação que **simula o funcionamento** de uma invenção. **Não é necessário que a ideia esteja em um estágio avançado para isso**. Na verdade, é possível prototipar até um produto que até então só tenha uma funcionalidade, ou um tipo de interação com o usuário (grifa-se) (BARBOSA, 2020).

A respeito da importância do protótipo, Araújo (2016) ressalta que

O protótipo é a melhor maneira de testar o produto antes de colocá-lo no mercado. É basicamente o rascunho da sua ideia. Vai servir para validar a hierarquia das informações, telas e fluxo de navegação. Além de ajudar a lapidar e torná-la mais madura (ARAÚJO, 2016).

Diante deste contexto, foi confeccionada a prototipagem de um sítio eletrônico para simular o funcionamento da realização das vistas e recursos de provas de maneira online. Todavia, cumpre destacar que por se tratar de uma ideia em versão inicial, o presente trabalho não possui banco de dados e nem integração com a Plataforma ISCP Virtual da PMDF.

1.2. AS FUNCIONALIDADES DO PROTÓTIPO DAS VISTAS E RECURSOS DE PROVAS ESCRITAS DE MANEIRA ONLINE

O protótipo do deste trabalho consiste na confecção de um sítio eletrônico que demonstrará a possibilidade de vistas e recursos de provas escritas de maneira online. Veja-se:



Figura 1. Código QR do sítio eletrônico supramencionado.

Neste ponto, será abordada cada funcionalidade de cada tópico do sítio eletrônico descrita no cabeçalho, quais sejam: início, login, vistas de provas, recursos e julgamento de recursos.



Figura 2. Menu do cabeçalho.

A página INÍCIO é a página do sítio eletrônico que contém o tema do protótipo e uma imagem de fundo que faz referência direta ao seu propósito (assinamento de gabarito ou cartão resposta). Veja-se:

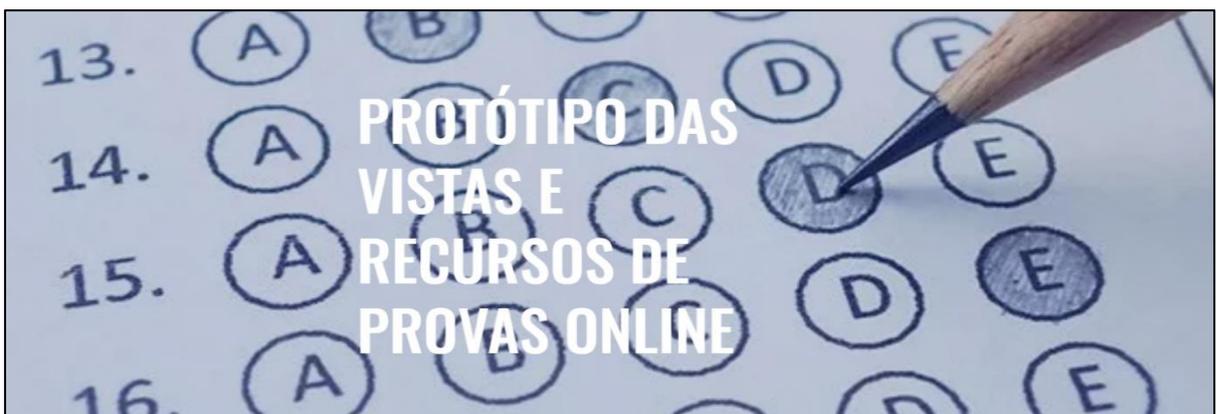


Figura 3. Página de INÍCIO.

A página LOGIN é responsável por conceder ao usuário o acesso a plataforma. Para isso, é necessário que o usuário seja previamente cadastrado para que se obtenha o usuário de identificação e senha. Cumpre destacar que esse cadastro não é aberto ao público e sim restrito aos militares responsáveis pela Seção de Ensino da APMB e Subseções, além dos discentes e

docentes.



Figura 4. Página de LOGIN.

Já a página de VISTAS DE PROVAS é o local virtual onde o discente poderá baixar o seu cartão resposta, sendo especificado o nome da disciplina que o arquivo se refere. Neste ponto, o usuário irá realizar cotejar as respostas escolhidas com o gabarito preliminar.



Figura 5. Página de VISTAS DE PROVAS

Destaca-se que os cartões respostas físicos serão digitalizados quando a nota for definitiva (após o julgamento dos recursos) e, posteriormente, depositados na plataforma de maneira individual para cada discente, ou seja, apenas o determinado usuário terá acesso ao seu respectivo documento de cartão resposta.

Seguindo, a página RECURSOS tem por finalidade a revisão de nota ou gabarito, sendo cabível no caso de discordância do gabarito preliminar ofertado à uma determinada questão. Nesse sentido, poderá ser interposto recurso com as suas respectivas razões.

Nesse sentido, o recorrente deverá observar as orientações delineadas na página, além de preencher o formulário com as seguintes informações: Curso, Companhia, Pelotão, Disciplina, N.º da Questão, N.º da Prova (se houver) e as razões de recurso. Concluída a etapa, basta clicar no botão enviar conforme se verifica na imagem a seguir:

Curso - Companhia - Pelotão
Disciplina - N.º da Questão - N.º da Prova (se houver)
Digite aqui as razões de recurso...
Enviar

Figura 6. Página de RECURSOS

Por fim, os recursos enviados serão encaminhados para a página JULGAMENTO DE RECURSOS que, por sua vez, terá o acesso restrito ao instrutor específico da disciplina. Sendo assim, ele visualizará o nome da disciplina, o número da questão e o texto das razões de recurso. Ato contínuo, ele julgará se o recurso será deferido ou indeferido. Concluído, basta clicar em enviar.

JULGAMENTO DE RECURSOS	
ÁREA RESTRITA AO DOCENTE DA DISCIPLINA	
Com base nos conhecimentos ministrados em sala de aula e no material de apoio da disciplina, julgue as razões de recurso abaixo:	
Disciplina	N.º da Questão
Texto das razões de recurso...	
Digite aqui o deferimento ou indeferimento do recurso...	
Enviar	

Figura 7. Página de JULGAMENTO DE RECURSOS

Após a fase de julgamento de recursos, tem-se os gabaritos tidos como definitivos, sendo os cartões respostas corrigidos e publicados para *download* na aba de VISTAS DE PROVAS para conferência dos discentes. Posteriormente, o aluno cancelará sua nota junto à SVA em documento específico (sugestão em Apêndice C), após constatar que a nota confere com seus cálculos, assinando sua concordância com a nota aplicada e receberá seu cartão de respostas original (único momento é necessária a presença física).

1.2.1. A organização do protótipo

A organização é destacada quando, por meio da própria plataforma virtual, é possível

individualizar os discentes, isto é, cada um terá uma espécie de acervo escolar e isso é realizado pelo *login* e senha que, por sua vez, é individual. Importante mencionar que se trata de uma espécie de acervo escolar, pois todo o histórico escolar das disciplinas do discente estará disponibilizado no ambiente virtual, ou seja, isso auxiliará na organização e até mesmo no controle de notas de cada um.

Além disso, no que tange aos recursos, anteriormente os recursos eram enviados por e-mail à SVA, a qual o encaminhava o compilado de recursos para o docente que, após análises e julgamento, realizava a devolutiva com o resultado de deferimento ou indeferimento dos recursos. Atualmente, com a aplicação da pesquisa, isso não será mais necessário pois o procedimento de recursos é realizado no próprio ambiente. Isto é, após a abertura do prazo de recurso de uma determinada disciplina, o discente acessará o ambiente virtual na aba da respectiva disciplina e confeccionará o recurso. Posteriormente, o docente irá julgar nesse mesmo o ambiente se o recurso foi provido ou improvido.

Com efeito, a capacidade de individualizar discentes, disciplinas e as suas interações com a confecção de recursos e julgamento do docente, torna o procedimento mais objetivo e organizado.

1.2.2. A eficiência do protótipo

Por meio do protótipo, pode-se verificar que a vista e recurso de prova escrita de maneira remota é mais eficiente do que a forma presencial em razão, principalmente, da desnecessidade de ocupar o QTS para a realização deste evento administrativo, uma vez que dispensa a presença física dos envolvidos.

Um dos fatores que contribuem para afirmar que a sistemática anterior é mais dispendiosa para Administração Militar é o fator tempo. Para sedimentar o argumento retromencionado, podemos observar que eram realizadas as vistas em blocos de, em média, 02 (duas) provas. Cada vista de bloco de provas levava cerca de 01 (uma) hora para ser concluída.

Nessa senda, verifica-se que no 1º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO I) estão previstas 31 (trinta e uma) disciplinas, no 2º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO II) estão previstas 32 (trinta e duas) disciplinas, por fim, no 3º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO III) estão previstas 29 (vinte e nove) disciplinas, totalizando 92 (noventa e duas)

disciplinas no decorrer do curso.

Nesse sentido, observa-se que seriam necessárias aproximadamente 46 vistas de provas ao longo do curso para cada pelotão de uma turma de CFO. Isto é, se houver três pelotões em uma turma de CFO e se fosse disponibilizado apenas um Oficial para realizar, seriam gastas aproximadamente 138 (cento trinta e oito) horas para a conclusão das vistas de provas.

	Quantidade de disciplinas	Média da quantidade de bloco de vistas de provas
CFO III	29	15
CFO II	32	16
CFO I	31	15
TOTAL	92	46

Tabela 1. Quantidade de disciplinas x média de blocos de vistas de provas.

Cumprir destacar que essas 138 (cento trinta e oito) horas estariam previstas em QTS sem contabilizar, entretanto, carga horária para o avanço do curso. Ainda, é válido ressaltar que essa quantidade de horas superaria à carga horária de 04 (quatro) disciplinas 30h, a exemplo, a disciplina de Comando, Chefia e Liderança II e Direito Processual Penal Militar. Por fim, é imperioso mencionar que, sendo as vistas e recursos de provas realizadas de maneira online, estes números seriam reduzidos a zero, isto é, não seria necessário movimentar a Administração Pública Militar para a realização destes atos de maneira presencial, portanto, conferindo mais eficiência aos seus atos e procedimentos.

1.2.3. A segurança do protótipo

Além da eficiência e organização, pode-se verificar que o protótipo confere mais segurança no que se refere à segurança documental, uma vez que o traslado de documentos é mínimo, ou seja, é apenas o necessário para digitalização e disponibilização dos cartões respostas ao discente no meio virtual.

Efeito paralelo é constatado com a desnecessidade de um acervo físico para toda essa documentação, podendo, inclusive, devolver esses documentos aos discentes. Em outras palavras, é dizer que a Administração Militar terá mais espaço físico para acomodação de militares e colaboradores, ou até mesmo, para melhor adequar suas estruturas.

Cumprе ressaltar que os documentos digitalizados poderão ser armazenados no próprio disco rígido de um computador específico ou na nuvem. Contudo, resalta-se que o armazenamento em nuvem é de fundamental importância, pois os arquivos estarão sempre armazenados na plataforma digital. Desta maneira, Longen (2018) explica que o

Armazenamento em nuvem é uma tecnologia recente que permite que o usuário de internet guarde todos os seus dados em um servidor online. É possível armazenar, editar, compartilhar e excluir arquivos, documentos, fotos, vídeos, contatos e aplicativos livremente. O armazenamento em nuvem dispensa a necessidade de um armazenamento local. Seja em um computador desktop, um notebook, um smartphone ou um tablet, não é necessário ter um HD (disco rígido) físico para guardar informações. Tudo fica guardado e disponível em um ambiente digital (LONGEN, 2018).

Nesse sentido, torna-se mais seguro pois os arquivos estarão sempre guardados nessa plataforma digital, diferentemente do armazenamento em disco rígido que as informações podem ser perdidas por mal funcionamento ou até mesmo por vírus, por exemplo. No entanto, nada impede que seja realizado, concomitante com o depósito em nuvem, o *backup* nestes tipos de armazenamentos, tendo esta como uma segunda fonte de arquivamento de documentação.

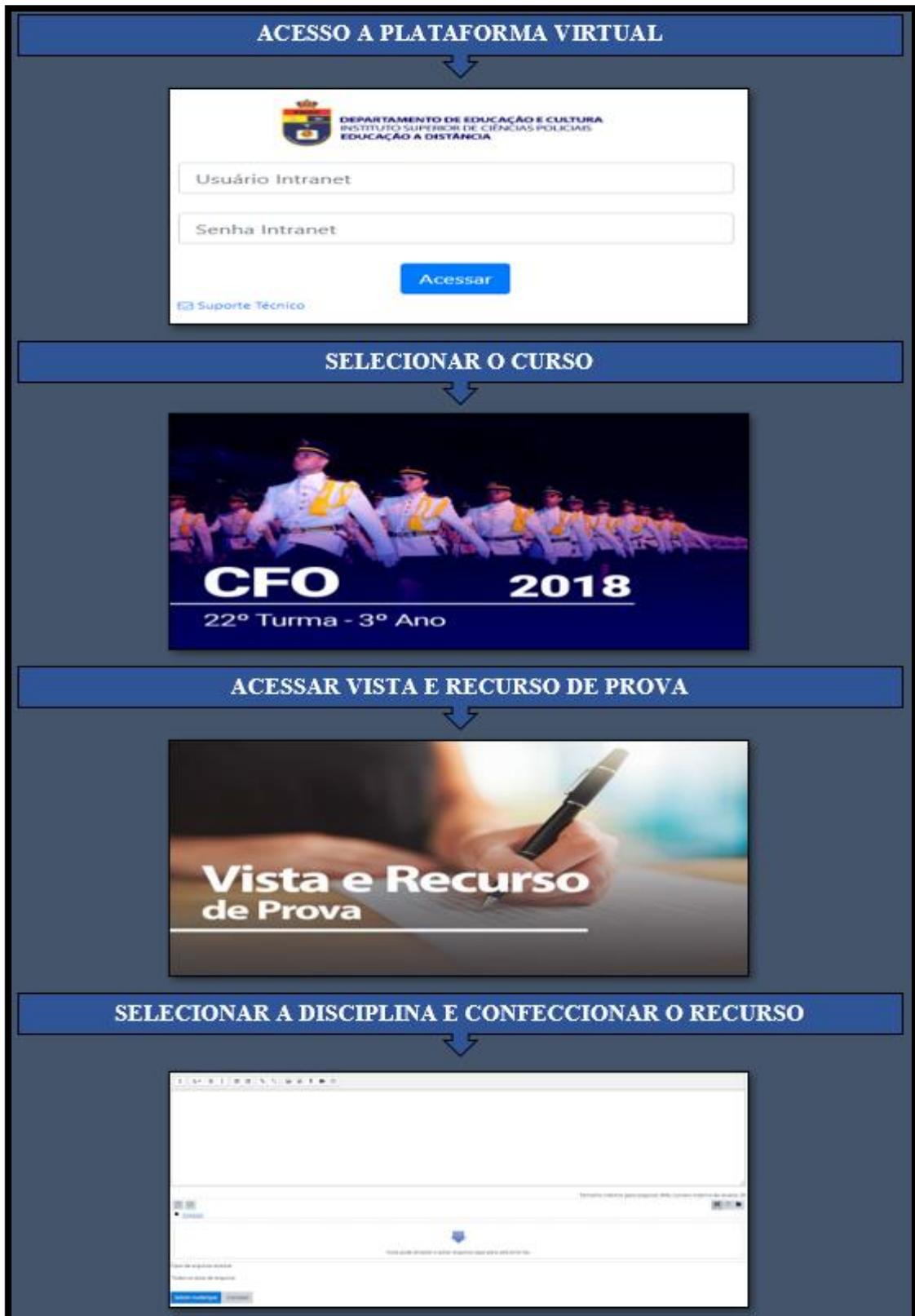
Por fim, destaca-se que atualmente há diversas plataformas que oferecem esse serviço, a exemplo, Google Drive, OneDrive, Dropbox, entre outros. Destaca-se que a plataforma utilizada institucionalmente pela Polícia Militar do Distrito Federal é o Google Drive por meio do Google G Suite.

1.2.4. A aplicabilidade

O protótipo teve como produto a inserção de novas funcionalidades na plataforma ISCP Virtual, concretizando e viabilizando que as vistas e recursos de provas sejam realizados de maneira online. Conseqüente, foi confeccionado o Memorando Nº 6/2020 – PMDF/DEC/APMB/SENS/SSCP/NEAD (Anexo A) que visa cientificar e orientar os discentes a respeito da nova sistemática.

As novas funcionalidades podem ser observadas ao acessar a plataforma virtual, selecionando o curso e, em seguida, a aba de Vista e Recurso de Prova. Ato contínuo, basta observar a disciplina e clicar em recurso que o navegador será direcionado para o ambiente de confecção de recurso. Neste ponto, haverá uma caixa em destaque para a inserção de texto online, além das devidas orientações e possibilidade de inserção de documentos anexos.

**APÊNDICE B – PASSO A PASSO DAS VISTAS E RECURSOS DE PROVA NA
PLATAFORMA ISCP VIRTUAL**



**APÊNDICE C – DOCUMENTO PARA CIÊNCIA DE NOTA E RECIBO DE CARTÃO
RESPOSTA**

ANEXO A



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Subseção de Coordenação Pedagógica

Núcleo de Educação a Distância

Memorando Nº 6/2020 - PMDF/DEC/APMB/SENS/SSCP/NEAD

Brasília-DF, 27 de outubro de 2020.

Assunto: Vistas de provas e confecção de recursos de maneira virtual.

Senhor Comandante da Escola de Formação de Oficiais,

Considerando que as vistas de provas de maneira presencial são dispendiosas para o Quadro de Trabalho Semanal (QTS), ocupando previsão no lugar de outras disciplinas;

Considerando que o Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP) dispõe da plataforma ISCP Virtual;

Considerando que foi possível inaugurar que as vistas de provas e a confecção de recursos possam ser realizadas de maneira virtual por meio da plataforma ISCP Virtual;

Solicito à Vossa Senhoria para que os cadetes tomem ciência dos novos procedimentos concernentes às vistas de provas e confecção de recursos que passarão a vigorar de maneira virtual:

1. O Núcleo de Educação a Distância (NEAD) comunicará, via SEI, a Escola de Formação de Oficiais (EsFO) a respeito das seguintes informações:

1.1. Especificação das provas que estarão disponíveis na plataforma ISCP Virtual para vistas ou confecção de recursos;

1.2. Disponibilização dos gabaritos preliminares no ISCP Virtual;

1.3. Determinação do prazo para a confecção de recursos.

2. Na plataforma ISCP Virtual (<https://virtual.iscp.edu.br/>) o discente acessará a disciplina supramencionada no Ofício SEI para confeccionar eventual recurso;

2.1. Caso o acesso a plataforma seja realizado após o prazo mencionado no Ofício SEI, o discente não poderá interpor recurso em razão da intempestividade de prazo, exceto os casos de Licença para Tratamento para Saúde Própria (LTSP) ou Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família (LTPSF).

2.2. O cadete que estiver de LTSP ou LTPSF deverá confeccionar uma parte, em até 24h após o tempo de gozo, para que seja concedido novo prazo para interposição de recursos;

2.3. No campo do texto o discente deverá especificar logo na primeira linha as seguintes informações: CURSO, PELOTÃO, N.º DA QUESTÃO ou N.º DAS QUESTÕES, N.º DA PROVA (se houver). Caso haja pluralidade de recursos a serem interpostos, estes devem ser aduzidos em um mesmo envio mas em arquivos diferentes;

2.4. Após o julgamento dos recursos, o gabarito definitivo será anexado na plataforma ISCP Virtual;

2.5. A nota final será atribuída na própria plataforma ISCP Virtual, dentro da aba "VISTA E RECURSO DE PROVA" onde cada aluno possui espaço restrito de maneira que apenas o aluno terá acesso a sua própria nota;

2.6. O aluno terá acesso ao seu caderno de respostas com a nota final de maneira escaneada e será demandado a retirar a cópia original após assinar a ciência de sua nota junto à SSVA;

3. Não será justificável instabilidades ou problemas tecnológicos oriundos da residência do discente, uma vez que a Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB) dispõe de laboratório de informática e/ou biblioteca para que sejam realizados os procedimentos supramencionados;

3.1. Caso o discente tenha problemas de acesso (*login*), deverá ser confeccionada uma parte

dentro do prazo previsto para confecção de recursos;

3.2. Caso sejam múltiplos discentes com problemas de acesso, deverá ser confeccionada uma parte única subscrita pelo Comandante ou Subcomandante do Batalhão Escola, especificando os discentes que não conseguiram acesso, bem como os seus respectivos usuários (*intranet*);

Respeitosamente,

Tiago Evaristo Moraes – CAP QOPM
Chefe da Subseção de Verificação e Aprendizagem



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO EVARISTO MORAES - CAP QOPM, Matr.0175746-6, Chefe**, em 27/10/2020, às 15:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=49766283 código CRC=**70A94CE7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO ÁREA ESPECIAL CONJUNTO 04 - Bairro Asa Sul - CEP 70610-212 – DF

31906455
